



SJBA teve recorde histórico de conciliações em 2021



Deste total, 49.474 foram realizadas nos Juizados Especiais Federais (JEFs), 1.359 conciliadas nas Varas Federais e 16 nas Turmas Recursais. Algumas Unidades Judiciais da Bahia se destacaram com relação à quantidade de conciliações

realizadas em 2021, foram elas: Vara Única de Irecê, com 4.648; Vara Única de Guanambi, com 3.488; Vara Única de Jequié, com 3.355; Vara Única de Bom Jesus da Lapa, com 3.245 e Vara Única de Campo Formoso, com 3.160.

Conforme dados constantes no painel estatístico, alguns assuntos possuem maior prevalência. Dentre todos, destacam-se cinco assuntos de maior demanda: rural, com 16.456; salário-maternidade, com 10.606; auxílio-doença Previdenciária, com 9.637; pensão por morte, com 4.204 e aposentadoria por invalidez, com 3.096. Muitos outros também foram ob-

O estímulo à conciliação foi uma das 12 metas nacionais assumidas pelos órgãos do Judiciário em 2021, fruto de uma política estratégica de aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade. Mesmo diante de uma severa pandemia de Covid-19, que impôs um regime de teletrabalho, a Seção Judiciária da Bahia seguiu cumprindo a política estratégica do Judiciário brasileiro e apresentou números bastante expressivos, alcançando em 2021 um verdadeiro recorde de conciliações realizadas, com um total de 50.849 conciliações, quase o dobro dos números de 2020.

reto de conciliação na Seção Judiciária da Bahia, como: benefício assistencial ao deficiente, ao idoso, de restabelecimento, salário-maternidade, seguro desemprego, etc. Esse trabalho de excelência realizado pela JFBA vai ao encontro de, principalmente, às necessidades dos menos favorecidos, conforme se verifica nos dados apresentados.

Segundo o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a conciliação é realizada anualmente desde 2006, com o objetivo de promover a cultura da paz e do diálogo entre as partes de um conflito, solucionando de forma amigável litígios que chegam ao Poder Judiciário brasileiro. O movimento consiste na seleção, feita pelos tribunais regionais federais, de Justiça e do Trabalho de todo o Brasil, de processos que tenham possibilidade de acordo, acreditando na conciliação como a melhor saída para a resolução de litígios entre pessoas e entes públicos.

Esta matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Ainda há tempo para enviar propostas de enunciados à IX Jornada de Direito Civil

Os interessados em enviar propostas de enunciados à "IX Jornada de Direito Civil – Comemoração dos 20 anos da Lei nº 10.406/2002 e da Instituição da Jornada de Direito Civil" podem fazê-lo até o dia 7 de março, por meio do preenchimento do formulário disponível no Portal do Conselho da Justiça Federal (CJF).

O evento será realizado presencialmente, nos dias 19 e 20 de maio, no auditório do CJF e contará com sete comissões de trabalho compostas por magistrados e especialistas no tema que avaliarão as proposições.

O objetivo da IX Jornada é promover condições para o delineamento de posições interpretativas sobre o Direito Civil contemporâneo, adequando-as às inova-



ções legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir de debates entre especialistas e professores, de forma a conferir segurança jurídica em sua aplicação.

Os interessados podem encaminhar as propostas, até 7 de março, por meio do link: <https://bit.ly/3uHryQy>.

Aniversariantes

Hoje: Rodrigo Barata Silva (12ª Vara), Leticia Cavalcanti Silva (Turma Recursal).
Amanhã: Sandra Lopes Santos de Carvalho (Juíza Federal da 23ª Vara), Mário Cleydson Góis de Oliveira (Feira de Santana), Katia Fernandes Pereira (Nuasg), Ingrid Alexandra Ferreira Paiva (2ª Vara), Carla Mendes da Silva Pereira (Eunápolis), Andréa Maia Santos de Brito (16ª Vara), Carla Fugiwara Santos (12ª Vara), Lilian Santos Borges e Silva (22ª Vara), Mateus Pinheiro Cardoso Santos (Nutec). **Parabéns!**

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Adriana Souza Daniel. **Diagramação:** Taiana Laiz Silva de Jesus. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Leitura

Obrigatória

O Último Moicano

de James Fenimore Cooper

Cora e Alice Munro, filhas do tenente-coronel Munro, estão viajando com o major Duncan Heyward do forte Edward para o forte William Henry, onde Munro está no comando. Um novo membro se soma ao grupo: o professor de canto David Gamut. O grupo é guiado através da floresta pelo índio Magua, que os faz seguir por um atalho, longe da proteção da milícia britânica. Heyward, no entanto, não fica satisfeito com o atalho de Magua, e começa a desconfiar das reais intenções do guia índio. No caminho, o grupo se depara com o espião a serviço dos britânicos Nathanael Bumpo (também conhecido como Olho de Falcão) e seus dois amigos moicanos: Chingachgook e seu filho Uncas. Aumenta a suspeita de que Magua seja, na realidade, um espião huroniano a serviço dos franceses: como consequência, Magua foge.



Temerosos de que Magua retorne com reforços huronianos, Bumpo e os moicanos conduzem o grupo a uma caverna para se esconderem. Lá, no entanto, eles são atacados pelos huronianos. Quando a munição acaba, Bumpo e os moicanos fogem, mas prometem retornar. O grupo restante é preso pelos huronianos. Magua oferece libertar o grupo em troca da mão de Cora, mas ela recusa. Diante de uma segunda recusa, Magua sentencia o grupo à morte. O grupo, no entanto, é salvo pelo retorno de Bumpo e os moicanos, que os levam a um edifício abandonado que havia sido palco de uma antiga batalha entre os índios e os britânicos.

Nessa difícil jornada, Cora e Alice Munro vivem em ambiente hostil, em plena disputa entre ingleses e franceses pela colonização do Novo Mundo. A morte de Uncas justifica o título do livro: Uncas simbolizaria o "último dos moicanos", pois, na época em que foi escrito o livro, se acreditava que os moicanos estivessem em vias de extinção. Desde então, a expressão "o último dos moicanos" passou a significar o último de uma espécie rara e valiosa. **(Com informações do site www.pt.wikipedia.org).**

Responda à pesquisa "Vem de bike que é legal"

A pesquisa "Vem de bike que é legal", disponibilizada pela Seção Judiciária da Bahia (SJBA) continua disponível para ser respondida por toda a comunidade da Justiça Federal da Bahia. O formulário tem o objetivo de realizar um levantamento sobre o interesse do corpo funcional desta Seccional, na utilização de bicicleta como meio de locomoção à Justiça Federal.

A pesquisa pretende avaliar a necessidade de melhorias ou destinação de outro espaço, com características adequadas tanto à guarda de bicicletas (bicicletário) como para uso dos servidores e servidoras, como banheiros com ducha para banho, etc., mediante um projeto que incluiria o estudo de viabilidade pelas unidades técnicas, a fim de dotar a Seção Judiciária da Bahia e Subseções desse tipo de equipamento. A utilização da bicicleta como meio de transporte representa ganho, tanto em termos de qualidade de vida e saúde quanto no cuidado com o meio ambiente.

A iniciativa do projeto "Vem de bike que é legal" foi criada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e já é prática adotada pela Seção Judiciária do Estado do Pará (SJPA).

Responda à pesquisa por meio do link <https://bit.ly/3HVpzfz>.